

## **A Televisão E Suas Representações Das Manifestações De Rua No Brasil: ¿Cidadãos Ou Personagens?<sup>1</sup>**

### **Television And Its Representation Of Street Demonstrations in Brazil: ¿Citizens Or Characters 1?**

**Ana Luiza Coiro Moraes<sup>2</sup>**

**Universidade Federal de Santa Maria**

**anacoiro@gmail.com**

**Alisson Machado<sup>3</sup>**

**Universidade Federal de Santa Maria**

**machado.alim@gmail.com**

**Tainan Pauli Tomazetti.<sup>4</sup>**

**Universidade Federal de Santa Maria**

**tainanpauli@gmail.com**

#### **Resumo**

Neste artigo, examinamos a representação midiática nas coberturas feitas por três emissoras de televisão dos movimentos de rua nas cidades do Brasil, em momentos diferentes. Entre as primeiras notícias e as notícias das semanas seguintes, percebe-se que as coberturas criam dois personagens: o “manifestante pacífico” e o vândalo”. Tais personagens substituem a reflexão sobre demandas cidadãs em pauta e, sobretudo, buscam legitimar as coberturas iniciais das emissoras, contrárias aos movimentos.

#### **Palavras-chave**

Televisão; representação; cidadania; personagens midiáticas; manifestações de rua.

#### **Abstract**

In this paper, we examine the representation in the media coverage made by three television stations of street movements in the cities of Brazil, at different times. Among the first news and the news of the next few weeks, it is perceived that the coverage creates two characters: the "peaceful protester" and the "thug". These characters replace reflection on citizen demands on the agenda and, above all, seek to legitimize the initial coverage of the stations, which is contrary to the movements.

## **Keywords.**

Television; representation; citizenship; media characters; street demonstrations.

## **Introdução**

Este artigo é um esforço para, desprovidos do olhar distanciado reclamado por Lévi-Strauss, analisar a cobertura midiática das manifestações de rua no Brasil, ainda em curso no momento em que se escreve, mas cujo ápice se deu no mês de junho de 2013. Para tanto, escolhemos como recorte as notícias veiculadas em três emissoras de televisão, em dois momentos: as primeiras notícias, quando imagens de destruição e confrontos dominavam as telas e se faziam acompanhar de falas que se posicionavam contra a “baderna nas ruas”; e as notícias posteriores, em que imagens das marchas das multidões passaram a ser narradas como movimentos de cidadania e patriotismo. Chamamos a atenção nesta cobertura a representação de dois personagens entre os cidadãos que protagonizaram estes acontecimentos nas cidades brasileiras: o manifestante pacífico e o vândalo.

E, para examinar tais representações de demandas cidadãs, que se iniciaram contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo e se multiplicaram em cidades e se particularizaram em pautas reivindicatórias, buscamos em primeiro lugar situar historicamente os espaços públicos de visibilidade dos cidadãos e sua movimentação: da ágora à mídia.

A seguir, contextualizamos o próprio conceito de representação, para refletir sobre as escolhas discursivas e a criação das personagens midiáticas, e, finalmente, encaminhamos a descrição e análise do recorte escolhido por este artigo da cobertura midiática dos movimentos de rua no Brasil.

## **Cidadania e espaços de visibilidade dos sujeitos**

No Ocidente, os processos sociais que envolvem a organização da vida pública dos sujeitos remontam aos séculos IX e VII a.C., quando gregos e fenícios fundaram um sistema de organização coletiva: a *polis*. A cidade-estado se constituía em espaço de articulação de ações e decisões coletivas, sob leis comuns, subordinadas a conselhos de cidadãos (como a *boulé* ateniense), comercializando bens e compartilhando a defesa do território através de um só exército (Guarinello, 2003).

Rodrigues (1999) informa que a mesma divisão helênica entre a noção de *politiko* (a *polis*, que abriga a comunidade organizada formada pelos cidadãos) e a de *oikeios* (o espaço da intimidade) viria a ser regulamentada no direito romano na oposição entre o *dominium* do *publicus*, de um lado, e do *privatus*, de outro. E tal divisão veio a regular também a ordem feudal, quando se assegurava o livre acesso do povo ao espaço público — aí compreendidas as estradas, as praças, os rios, isto é, aquilo que escapa ao domínio privado.

É neste contexto da ordem medieval que surge a idéia de comunidade, enquanto conjunto dos espaços comuns subtraídos a uma apropriação exclusiva [...] Ao senhor feudal é reservado o papel da representação da ordem coletiva, manifestada aos olhos de todos, tanto pelos seus atributos como pelos seus símbolos. A pertença à esfera pública relativiza-se em função do nível relativo da notoriedade que tanto as coisas como as pessoas possuem (Rodrigues, 1997, p. 37).

No esforço de separar a “cidade de Deus” (a Igreja) da “cidade dos homens” (a comunidade política), São Tomás de Aquino (1227-1274) dizia que a “natureza original” dos seres humanos recebida de Deus incluía um senso de justiça que postulava o dever de dar a cada um o que lhe é devido, conforme as suas necessidades e méritos. Isso encontrou aplicabilidade na esfera pública como instrumento para assegurar a ordem social absolutista:

a hierarquia vigente entre superiores e inferiores, numa “ordenação divina” que se materializava nas ações concretas do “bom governo do príncipe cristão virtuoso” (Chauí, 1994, p. 393).

Assim, a partir de 1400, as cortes dos soberanos centralizariam as funções inerentes ao espaço público até uma nova ordem social ser introduzida pela Revolução Francesa (1789), quando se reestruturou a natureza representativa do poder, e o título cidadão passou a substituir o de nobreza. Da mesma forma, novos meios de produção surgiram com a Revolução Industrial, que se desenvolveu em diferentes pontos da Europa ao longo de quase um século (1750/1820), afetando o funcionamento da sociedade com a produção e comercialização em grande escala de objetos manufaturados e com o surgimento de um vasto mercado consumidor (e de estratégias para estimular o consumo) integrado por uma população cujo apetite se voltaria aos mais variados artigos: objetos e artefatos, mas também produções culturais e artísticas.

Ao passo que a burguesia consolidava seu papel dominante na organização social e precisava publicizar sua disponibilidade de produtos, preços e regras de circulação, engendraram, em fins do século XVII, o momento oportuno para o surgimento da imprensa periódica. No estado burguês se desenvolve, “sob a *Aufklärung*<sup>5</sup>, a exposição da opinião livre do cidadão, dando assim origem a partir da segunda metade do século XVIII ao aparecimento da categoria da opinião pública e à sua institucionalização como um campo autônomo de legitimidade” (Rodrigues, 1997, p. 40).

Neste contexto surge a profissão de jornalista, prática atrativa, segundo Hauser (1972, p.892-893), para “jovens talentosos que são excluídos de qualquer carreira política por falta de meios”. Mas, conclui este autor, rapidamente a atividade jornalística passa a ser compreendida como um negócio e evolui para a forma de indústria, “torna-se simplesmente, um meio de adquirir capital e publicidade”.

Na contemporaneidade, Martín-Barbero (2003, p. 58) observa que as transformações do espaço globalizado modificaram o “sentido de lugar do mundo”, embora tenham privilegiado, efetivamente, apenas um espaço: “a única dimensão realmente mundial até agora é o mercado, que, mais do que unir, busca unificar”. Disso resulta que os indivíduos, imersos na lógica do consumo global e da mídia, veem alteradas as suas possibilidades de práticas cidadãs.

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos — a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses — recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos (*Canclini, 1999, p. 37*).

Esta centralidade da mídia na esfera pública leva a indagações a respeito da sua legitimidade na construção e veiculação das demandas sociais e, ainda, por meio de que representações isso se dá. Segundo Charaudeau (2006), três campos legitimam a mídia como centralizadora das discussões acerca das muitas abordagens sociais:

O campo político, diante do qual as mídias se legitimam por uma dupla ação, de contra-poder, ao opor-se a este campo, e de interface com a sociedade civil, o que a leva a denunciar; o campo econômico, no qual as mídias se legitimam por sua capacidade de alcançar o grande público, o que as leva a dramatizar; o campo da cidadania, no qual as mídias se legitimam por uma aptidão em realizar um projeto de construção da opinião pública, o que as leva a serem credíveis (*Charaudeau, 2006, p.93*).

Nessas configurações, a mídia, através da utilização de estratégias que se desenvolvem no campo ideológico, estabelece um elo com os cidadãos.

Para os meios de comunicação, trata-se de reportar os atos e discursos de reivindicação mais ou menos organizados (manifestações, greves, reclamações, elogios) direcionados aos poderes públicos. Assim, o campo midiático reconhece a importância dos sujeitos comuns que têm algo a dizer, tanto como testemunhas, analistas ou pensadores, quanto como representantes diretos de diferentes áreas do debate social (*Coiro Moraes, Dellazzana e Kroth, 2012, p. 7*).

No entanto, lembra-nos Charaudeau (2006, p. 194), o cidadão somente é inscrito na cena midiática quando faz parte “das intrigas dramáticas do mundo social e pode ser exibido em espetáculo”. Para ele, existe uma interrelação entre a representação midiática e os cidadãos, pois estes são levados a nela buscar a visibilidade para a expressão de suas prerrogativas.

Em seu relatório, a ANDI – Agência Nacional de Direitos da Infância (2007) identifica alguns dos elementos essenciais que caracterizam uma sociedade democrática na contemporaneidade. Dentre eles estão a divisão de poderes, a afirmação de direitos civis – como a liberdade de imprensa e expressão – e políticos, a realização de eleições regulares, o fortalecimento dos mecanismos de controle (*accountability*) do próprio Estado e a garantia da atuação plena de algumas instituições não estatais, sendo a mídia uma das mais centrais. Portanto, a mediação dos meios e profissionais de comunicação é elemento decisivo na construção da dimensão pública contemporânea.

Numa democracia participativa, o acesso e o controle sobre os processos de produção da mídia por parte do público tornam-se uma dimensão vital da participação política. Num quadro de fragilização das estruturas políticas como hoje vivemos, o grande conjunto de reivindicações populares fica órfão, sem a defesa das entidades historicamente representativas. E quem assume esse papel, então, é a mídia — uma instituição privada com fins lucrativos, desempenhando o papel que pertenceu no passado às instituições de pressão, como se ela, a mídia, fosse de fato seu portador histórico e legítimo. [...] Para Habermas, a esfera pública é o espaço onde indivíduos privados discutem questões públicas, um espaço que faz a mediação entre a sociedade e o Estado (*Romais, 2001, p. 52*)

Assim, surge o questionamento sobre as responsabilidades da mídia numa democracia, uma vez que em suas demandas cidadãos os sujeitos se inserem em jogos de poder e disputas por um espaço em que convivem ofertas de consumo, interesses políticos e econômicos de grupos hegemônicos e inúmeros discursos e noções que compõem os complexos sistemas de representação que configuram a dimensão pública contemporânea.

### **Representações e personagens**

Definida por Stuart Hall (1997, p. 17), representação é parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e trocados entre os membros de uma cultura, por meio da linguagem, de signos e imagens: “é a produção do significado do conceito em nossa mente através da linguagem. É a ligação entre conceitos e linguagem que nos permite *referendar* tanto o mundo "real" de objetos, pessoas ou eventos, quanto mundos imaginários de objetos, pessoas e eventos fictícios”.

Para Woodward (2000), os processos envolvidos na produção de significados são engendrados por meio de sistemas de representações conectados com os diversos posicionamentos assumidos pelos sujeitos, no interior de sistemas simbólicos. A autora salienta as representações de diferenças como centrais nas práticas de significação através das quais os sujeitos se identificam/classificam no interior de uma cultura.

Os sistemas sociais e simbólicos produzem as estruturas classificatórias que dão um certo sentido e uma certa ordem à vida social e as distinções fundamentais — entre nós e eles, entre o fora e o dentro, entre o sagrado e o profano, entre o masculino e o feminino — que estão no centro dos sistemas de significação da cultura (Woodward, 2000, p. 67-68).

Além disso, ao serem partilhadas, as representações tornam-se significados culturais que

“não estão apenas ‘na cabeça’. Elas organizam e regulam as práticas sociais, influenciam nossas condutas e conseqüentemente têm efeitos reais, práticos [...] definem o que é ser

“normal”, quem pertence e, portanto, quem é excluído.”. (Hall, 1997, p. 13).

Conforme Soares (2007) os meios de comunicação, na modernidade, são a concretização máxima das formas de representação. Para o autor, os produtos da mídia, sejam eles textos ou programas, produzem imagens colhidas do mundo empírico “elevadas à categoria de

‘representantes’ de pessoas, situações, fatos” (Soares, 2007, p. 51). Nessa perspectiva, salienta Soares, embora a suposta liberdade criativa dos autores das representações midiáticas os livre, em parte, da responsabilidade sobre aquilo que é produzido, essas produções se tornam, mesmo que inconscientemente, formas de avaliação da sociedade. As representações postas em cena podem, assim, naturalizar as estruturas e diferenças sociais, idealizar determinadas categorias e demonizar outras.

Mais problemático é o uso retroativo da representação mediática, a qual, ao invés de ser considerada como substituto simbólico de algo, é involuntariamente tomada pela audiência como próprio objeto ou assunto representado, sendo usada como seu equivalente, numa verdadeira reificação da representação (Soares, 2007, p. 53).

Apesar dos significados, nas representações, não serem transparentes, os discursos midiáticos os apresentam como expressão da verdade. Com frequência a mídia organiza as representações, “em binários incisivamente opostos”, aponta Hall (1997, p. 17), acrescentando que nos sistemas de representação existe um conjunto de representações mentais de pessoas, objetos, eventos e idéias, por meio dos quais interpretamos/atribuímos significados ao mundo. Mas, nestes sistemas, do mesmo modo convivem as representações de uma cadeira, um amigo, o Carnaval e tudo aquilo que pertence ao plano do concreto, quanto os seres e ideias abstratas, como anjos, sereias, Deus e Diabo, Céu e Inferno, uma personagem de romance ou de telenovela, por exemplo.

Assim, ao atribuir significados dicotômicos aos cidadãos que se manifestavam nas ruas brasileiras, criando dois personagens, a cobertura midiática cria um sistema de representação no interior do qual já não se pode distinguir o factual do ficcional.

A ideia de personagem midiático, aliás, nasce com o *fait divers*, formato que se constituiu através dos relatos factuais “com enredo”, que por vezes compartilhavam temas (acontecimentos extraordinários) e personagens com os folhetins. Neste tipo de relato, o “quem” (personagem) tem primazia sobre o “que” (o acontecimento), e os fatos sociais são apagados pela performance de seus protagonistas: “O *Fait Divers* mostra os conflitos históricos, mas os demonstra por um espelho único: a Fatalidade, em seu espectro ahistórico, apaziguante da conflituosidade histórica” (Ramos, 1998, p. 112).

Buscamos, então, analisar as representações midiáticas das manifestações de rua no Brasil, examinando os dois personagens que, à maneira folhetinesca, despontaram nas coberturas de três emissoras de televisão.

### **Vândalos e manifestantes pacíficos: personagens midiáticos**

Para esta análise, selecionamos, no período de 6 a 18 de junho, notícias sobre as manifestações de rua no Brasil, veiculadas nos seguintes canais de televisão, que posteriormente foram disponibilizadas nos sites dos mesmos: *Record News*, canal de televisão aberto, *Globo News* e *Band News*, canais de televisão por assinatura. Definimos este recorte temporal por percebermos que, neste curto período, ocorreu uma forte mudança no discurso de representação a respeito dos manifestantes, nessas emissoras. Cabe salientar, ainda, que esta escolha está direcionada ao fato de que tais canais produzem conteúdo jornalístico 24 horas.

Passamos a uma breve contextualização das manifestações que tomaram as ruas do Brasil no mês de junho deste ano. Elas surgiram primeiramente para contestar o aumento do preço das passagens municipais na cidade de São Paulo. Em seu início, a maioria dos manifestantes eram estudantes que utilizam o transporte público da cidade. Após violentos atos repressivos da polícia, a manifestação contou com o apoio dos demais grupos da sociedade civil e disseminou-se por muitas outras cidades do país, passando a abranger uma grande variedade de temas, como o fim da corrupção, aumento dos investimentos na área da saúde e educação, o descontentamento com os gastos excessivos para a Copa do Mundo da FIFA, o repúdio à PEC 37 (Proposta de Emenda à Constituição que limitava o poder de investigação criminal à polícia federal, retirando o poder de investigação do Ministério

Público) e ao PDC 234/11 (Projeto de Decreto Legislativo conhecido como “cura gay”), entre outros temas.

A primeira notícia que selecionamos foi veiculada no dia 6 de junho, pela *Record News* e mostra as primeiras manifestações ocorridas em São Paulo. A âncora salienta o confronto entre os policiais e os manifestantes, ressaltando que estes trancaram a Avenida

Paulista. As imagens são aéreas, demonstrando como o trânsito ficou problemático na região. Ela salienta ainda alguns atos como a pichação de bares, quebra de algumas vidraças, pequenos incêndios e a depredação das lixeiras, e relata o trabalho da polícia na tentativa de dispersão da manifestação. Após estes comentários, a jornalista revela o motivo da manifestação: o aumento do preço das passagens de ônibus, trens e metrô na cidade, que passou de valor de R\$3,00 para R\$3,20, salientando que este aumento pesa no orçamento mensal dos estudantes. Ela comenta que eles pedem por melhorias no transporte público e pela inserção do passe livre na cidade. Ao final, comenta a promessa dos manifestantes de que se o preço da passagem não baixasse, que a cidade “pararia” em protesto.

Este vídeo retrata o início das manifestações. Nele, ainda não há uma dicotomia referente às representações dos manifestantes, como veremos nas outras notícias. Contudo, podemos perceber que o discurso começa a salientar alguns atos de violência referentes aos protestos, sobre os quais os demais relatos midiáticos irão ater-se.

A segunda notícia selecionada foi veiculada na *Band News*, no dia 11 de junho. Ela destaca o confronto entre os manifestantes e a polícia, mostrando somente os atos considerados como vandalismo e violência: pichações, depredações, tentativas de incêndios de ônibus e de invasão nos terminais rodoviários. Mostra, ainda, o conflito armado e a tentativa de contenção da manifestação por parte dos policiais. As imagens demonstram o cenário caótico e violento das manifestações. A notícia salienta que a população, principalmente aquelas pessoas que utilizavam os ônibus da cidade no momento do conflito, ficaram apreensivas e em situação de pânico. A notícia termina com as imagens de uma pessoa sendo detida e levada pela polícia, sem dizer os motivos que levaram à detenção.

Podemos considerar essa narrativa jornalística como representante do início do modo de tratamento das manifestações, realizada principalmente pela mídia televisiva no país. Além de ganhar destaque midiático somente os atos de violência e vandalismo oriundos dos protestos, ela ainda destaca de forma dicotômica os atores sociais. Pelo discurso apresentado, os manifestantes estão separados da sociedade civil. Esta, não participa, nem comunga das prerrogativas dos movimentos. Ao contrário disso, a população é representada de forma apreensiva e assustada, como sendo uma das possíveis vítimas das manifestações. Os policiais são apresentados como personagens que lutam pelo bem-estar social, para conter a violência apresentada como sendo própria da natureza desses protestos.

A terceira notícia selecionada foi veiculada pela *Globo News*, no dia 12 de junho. Enquanto a âncora do jornal fala e as imagens vão sendo apresentadas, aparece no GC (Gerador de Caractere) a seguinte informação: “Depredação e 20 detidos em mais uma noite de protestos em São Paulo”, discurso que marca o modo de tratamento das notícias referentes às manifestações, adotado pela emissora. Ela chama por outra jornalista, que está na capital paulista, e salienta que, desta vez, o protesto foi ainda mais violento.

Ouvimos da jornalista afirmações como: “A cidade tenta voltar ao normal.”, “Hoje é dia de limpar a sujeira, consertar o que foi quebrado e calcular os prejuízos.”, “Foram seis horas, teve vandalismo e confronto entre os manifestantes e os policiais. De um lado pedras, de outro bombas de gás e balas de borracha. A população ficou no meio de tudo, e assustada.” Ela salienta a depredação e os atos de violência cometidos pelos manifestantes. Outra repórter entra ao vivo, mostrando os cenários dessa depredação e os estragos em uma estação de metrô e em um banco.

A notícia destaca ainda a depredação em outro terminal rodoviário, afirmando que ele foi

“alvo dos manifestantes”, exibindo as pichações e outras depredações ao patrimônio. Também expõe os policiais feridos e os manifestantes detidos, ao passo que demonstra a inconveniência da manifestação, interrompendo o trânsito, impossibilitando o comércio de abrir suas portas e dificultando a rotina da cidade. Ouvimos da repórter: “É claro, a população ficou no meio dessa confusão toda.”. Ela qualifica a manifestação como confusão, chamando a reportagem realizada no momento das manifestações.

A reportagem mostra a violência por parte dos manifestantes, os atos de vandalismo e o pânico instaurado. Busca alguns civis como fontes para destacar o medo da população frente às manifestações. Outra repórter, responsável pela cobertura, compara o centro da cidade de São Paulo a uma cena de guerra, mostrando que os manifestantes responderam à ação policial utilizando pedras e fogo. Um taxista reclama de não poder trabalhar em função das ruas estarem bloqueadas. A repórter comenta: “O que se viu foi muita sujeira e destruição” seguido da expressão “depois de toda a baderna”. A notícia continua apontando o vandalismo e a destruição após os atos e os policiais feridos durante a manifestação, destacando os objetos apreendidos, como pedras, fogos de artifício e pedaços de madeira. Através do relato de um comandante (fonte policial), ficamos sabendo que foram os manifestantes que começaram as agressões. Ao final da notícia, a repórter fala que toda a “revolta” começou em função do aumento das passagens, mas que o reajuste ainda ficou abaixo do índice inflacionário. Ela diz que o grupo de manifestante se autodenomina “Movimento pelo Passe Livre”, sendo formado pela ala mais radical do movimento estudantil, apoiado pelos partidos de esquerda, como o PSOL e o PSTU. Sublinha que a bandeira principal do grupo é a extinção da tarifa de ônibus na cidade, o passe livre.

Essa notícia, através de seu discurso e das imagens mostradas, reafirma o caráter violento, baderneiro e criminoso das manifestações. Ela consolida a representação dos manifestantes como separados da sociedade civil, um grupo de “vilões” criminosos, deslegitimando suas ações e ligando a elas um sentido de violência gratuita. Todos os manifestantes são representados como sendo vândalos. Para isso, o discurso noticioso faz uso de fontes contrárias ao movimento, como dos civis, interpelados pela dificuldade de locomoção na cidade, inseridos em um cenário caótico. Além disso, faz uso das fontes

oficiais, como os policiais, para demonstrar que a represália teve como fim legítimo a contenção da manifestação violenta.

São os manifestantes, representados como vândalos, os responsáveis pela destruição de alguns pontos da cidade, pelas pichações e outras depredações. A cidade estar em “cenário de guerra”, descrito por ela, remete diretamente à representação dos atores sociais como vândalos, violentos e criminosos. A sociedade civil figura nessa narrativa como separada dos manifestantes e como sua vítima. Os policiais são representados como combatentes de uma onda de violência generalizada. Seu papel é de reorganizar a sociedade e manter a ordem. Seguidas vezes a reportagem se ancora em imagens de confronto, violência e embate, associando-as aos manifestantes, todos representados como vândalos e violentos. Um exemplo disso é a apresentação das pedras, fogos de artifício e outros instrumentos que seriam utilizados pelos manifestantes, como provas desse vandalismo. Limpar a sujeira, calcular os prejuízos, fazer consertos, são afirmações que remetem à desaprovação das manifestações.

Os sentidos que percebemos nas três notícias elencadas é o esforço da mídia em pontuar um discurso que representa os manifestantes enquanto uma massa fervorosa à violência ilegítima. Em nenhum momento os ativistas são considerados como parte da sociedade civil, como pessoas que utilizam o espaço público para manifestar suas demandas cidadãs. Para construir sua narrativa, o discurso noticioso busca construir representações dos indivíduos envolvidos nos protestos. Os manifestantes, de modo geral e, neste momento, são representados como vândalos, violentos e criminosos, que buscam desestabilizar a ordem social. A sociedade civil, através dos relatos dos passantes não envolvidos nas manifestações, é representada como vítima do caos instaurado. Os policiais são representados como defensores da ordem social combatentes, ou heróis, possuindo a função de livrar a sociedade civil daqueles que, em função de seus atos, a desestabilizam. As narrativas buscam deslegitimar os protestos, atribuindo a eles um caráter de vandalismo. Perde-se a dimensão política das manifestações em imagens de violência e destruição que são a todo tempo reiteradas.

Agora passamos a descrever e analisar as notícias sobre as manifestações veiculadas nos mesmos canais de televisão uma semana após as notícias acima analisadas. Nelas podemos perceber uma mudança na forma de representação das manifestações.

Desse grupo, a primeira notícia selecionada foi veiculada pela *Record News*, no dia 17 de junho, que transcorre como as demais analisadas. Na maior parte do tempo, a repórter relata os atos de violência e vandalismo realizados pelos manifestantes, e, ao final, diz: “Cabe ressaltar [...] que essa passeata transcorreu pacífica a maior parte do tempo. Arrastou cerca de 100 mil pessoas pela Avenida Rio Branco. Pessoas que deixavam o trabalho por volta das seis horas da tarde desceram e aderiram ao movimento. Houve chuva de papéis picados dos escritórios em apoio aos manifestantes [...] só que

um grupo saiu da avenida na tentativa de invadir o prédio (da Assembleia Legislativa) e daí começou todo esse tumulto”.

Podemos perceber, nesta notícia, o início de uma nova abordagem realizada pela mídia televisiva sobre as manifestações. Embora ela saliente os aspectos violentos ocorridos em função dos protestos, demonstra que, em grande parte a manifestação ocorreu pacificamente. Ressalta que os atos de violência exibidos são de autoria de um pequeno grupo de manifestantes, que não estão em consonância com a maioria pacífica. Percebe-se que a representação referida aos manifestantes posteriormente se transformou, e agora eles figuram em dois grupos, um que age legitimamente representando as demandas cidadãs e outro que destoa da maioria, provocando os atos de vandalismo.

A próxima notícia foi veiculada pela *Globo News*, no dia 18 de junho. A âncora diz que esse dia foi “um dia histórico para os brasileiros”, que 250 mil pessoas foram às ruas em diversas cidades do país para protestar contra o aumento das tarifas de ônibus, contra a violência e pela melhoria dos serviços públicos: “[...] eram mais de 100 mil estudantes e trabalhadores que caminharam para construir um país melhor”. A notícia mostra os manifestantes de forma mais próxima, batendo palmas e celebrando o ato de cidadania, bem como suas faixas, bandeiras e cartazes. As fontes escolhidas são os próprios manifestantes, que comentam os motivos pelos quais estão nas ruas. Todos os manifestantes selecionados falam sobre o desejo de paz e liberdade. Aplausos, canções e imagens que mostram a distribuição de flores pelos manifestantes também compõem a narrativa. Um repórter usa a expressão

“dia histórico”. Outra repórter, que sobrevoa a manifestação, chama a atenção do telespectador para o fato da maioria dos manifestantes estar usando roupas brancas: “uma imagem muito bonita de se ver”. O repórter retoma, comentando: “Pessoas de todas as idades se uniram ao processo democrático”. Muitas fontes são ouvidas e todas elas ressaltam os motivos pelos quais protestam. A maioria delas fala em melhorias para a saúde e para a educação e da legitimidade dos indivíduos em ocupar as ruas para protestar.

Ouvimos do repórter: “Nas mãos da criança mais flores”, enquanto vemos uma criança às costas do pai. Um manifestante aparece entregando flores aos policiais.

A âncora retoma a fala na bancada: “Como a gente viu, cerca de 100 mil manifestantes protestaram em paz no centro do Rio de Janeiro, mas uma minoria partiu para o vandalismo, provocando destruição em ruas e prédios.”. Segue então, um relato jornalístico, tal qual as outras notícias analisadas anteriormente, mostrando o caos, a violência e o vandalismo por parte dos manifestantes. Porém, desta vez, a notícia pontua que essas ações são de autoria de um pequeno grupo de manifestantes, chamados de “minoría radical e violenta”, que foram, inclusive, rechaçados pela maioria, composta por “manifestantes pacíficos”.

Nos primeiros instantes da notícia percebemos a mudança da abordagem jornalística em relação aos protestos, considerados agora, como movimento social legítimo da ação democrática. Os protestos que antes haviam sido representados somente através de figurações que conferiam violência às manifestações, são agora tomados pela mídia televisiva como um importante momento histórico que o país vive.

No discurso noticioso a sociedade civil é incorporada ao montante considerado pacífico e, portanto, legítimo, das manifestações. Os próprios manifestantes pacíficos são ouvidos em suas demandas. A seleção de suas falas é utilizada para construir a representação da atmosfera pacífica da manifestação. Para isso, a notícia sinaliza as roupas brancas usadas pelos representantes, a distribuição de flores e a participação de pessoas de várias faixas etárias, desde crianças até idosos.

Em contrapartida à representação das manifestações sociais agora mostradas como um movimento pacífico, a notícia aborda a dicotomia entre os participantes. Um conflito é instaurado entre os manifestantes pacíficos, de um lado, e de outro, os manifestantes vândalos, caracterizados como um grupo minoritário e radical. Os manifestantes pacíficos são representados como contrários aos atos de violência, negando, tal como a mídia, a legitimidade desses atos.

A última notícia elencada foi veiculada pela *Band News*, no dia 21 de junho. Ela mostra as manifestações em várias cidades do país. O jornalista fala que em Vitória, a manifestação que começou pacífica, terminou em tumulto, com algumas depredações feitas por um pequeno grupo de manifestantes (os vândalos), sendo repreendidos pela maioria pacífica.

Situação que se repete em Florianópolis, em Palmas e Uberlândia.

Esta notícia resume as manifestações ocorridas em algumas cidades do país e reitera a representação maniqueísta entre os manifestantes pacíficos, que tomam o espaço público para reivindicar seus direitos democráticos de cidadãos e aqueles, considerados uma minoria, responsáveis pelos atos de vandalismo, violência e destruição. Em todas as cidades, os manifestantes revoltosos não são reconhecidos como legítimos pelos manifestantes pacíficos, reafirmando o discurso que, anteriormente, a mídia televisiva em questão, vinha anunciando.

Os sentidos que podemos perceber na análise das notícias é a diferença na forma de tratamento das manifestações ocorridas no Brasil. Em um curto período de tempo a mídia televisiva passou a considerar como legítima as manifestações de rua, antes apenas consideradas como vandalismo, violência e tentativa de desestabilizar a ordem pública.

A sociedade civil, que antes era representada como uma esfera fora das manifestações e, além disso, representada de forma vitimizada, foi, em um segundo momento, incorporada a elas. A mídia passou a considerar legítima a ocupação do espaço público, quando estas tomam a maioria das grandes cidades do país e quando a classe

trabalhadora insere-se, em peso, às demandas das manifestações. Em seu início, os protestos eram associados apenas aos grupos de estudantes que reivindicavam contra o aumento do preço das passagens. Os discursos midiáticos, em um primeiro momento, não salientaram a dimensão política desses atos de protesto. Somente com o transcorrer das ações e com a grande adesão às manifestações da sociedade em geral, que a mídia passou a representar o movimento como um ato político, de ação cidadã, visando à transformação da realidade do país.

Vale salientar que, desde o início, os protestos transcorreram seu curso natural. Havia sim, conflitos internos e externos, próprios das manifestações sociais, porém apenas os atos mais revoltosos e propriamente sensacionalistas foram marcados pelo discurso midiático.

Destacamos que as manifestações nunca se transformaram no sentido de serem violentas em seu início e passaram a ser pacíficas. O que se transformou foi o discurso midiático sobre elas. Uma prova disso é o apagamento, nas primeiras coberturas, dos mesmos elementos que foram ressaltados nas demais para compor a representação dos manifestantes pacíficos. Pouco vemos a caminhada das primeiras manifestações, nem seus cartazes, faixas, suas palavras de ordem, ou, ainda, seus depoimentos. Embora eles sempre estivessem lá. E nos momentos que os vemos, eles servem apenas para denotar a violência dos atos.

Nas primeiras coberturas, a mídia decidiu por representar as manifestações como atos de violência e vandalismo, na tentativa de deslegitimar os movimentos. Para isso, construir sua narrativa em torno de representar os manifestantes como vândalos, no papel de vilões, contrários à ordem e a paz da sociedade civil. Os policiais, por sua vez, foram representados como heróis, únicos combatentes sobre os quais a sociedade civil despejava suas esperanças. No transcorrer das manifestações e com grande adesão social, o discurso midiático precisou estrategicamente reformular-se.

De ato de rebeldia e violência, as manifestações passaram a ser representadas como um ato histórico por luta e transformação social. Aqueles que protestavam passaram a ser representados como manifestantes pacíficos e, portanto, possuidores de demandas sociais legítimas por reivindicações. No entanto, para reafirmar seu discurso anterior, a mídia segue ressaltando os atos de vandalismo, antes próprios de todas as manifestações que vinham acontecendo, mas agora apenas associados a um pequeno grupo considerado como radical e de esquerda. Neste exercício, ela encontra força dentro do próprio “movimento pacífico” criado por ela, que não reconhece aos atos violentos como próprios da manifestação democrática. Dessa forma, ela legitima o seu discurso através do discurso dos demais manifestantes, construindo uma representação maniqueísta entre ambos. Os valores democráticos, dessa forma, pertencem somente aos manifestantes pacíficos, que, ao menos no discurso televisivo, passaram a figurar somente uma semana depois dos primeiros noticiários sobre as manifestações.

### Considerações finais

Desde que, a partir dos acontecimentos históricos do final do século XVIII, gradativamente, os cidadãos passaram a assumir as funções de representação que antes se restringiam às esferas feudal, monárquica e religiosa, tornando-se uma instância de decisão e de legitimidade, e arrogando-se o direito à informação, foi possível distinguir dois movimentos nesse processo: 1º) a emergência da opinião pública crítica, constituída como esfera independente do estado — nas diversas instâncias sob a denominação de “sociedade civil”; 2º) o deslocamento para os meios de comunicação das discussões concernentes à esfera pública e o lugar de visibilidade das demandas cidadãs.

Assim, a representação midiática, ao apresentar dois personagens, que de forma maniqueísta separam “manifestantes pacíficos” de “vândalos”, de forma alguma dá conta da complexidade das demandas dos cidadãos. Em especial nas primeiras notícias veiculadas pelas emissoras analisadas, os jornalistas parecem sequer entender ou alcançar o significado social da insatisfação popular nas ruas das principais cidades do país (com governos, partidos, poderes legislativos, isto é, com todas as maneiras de atuação de uma democracia que, segundo os manifestantes, “não nos representa”).

Entretanto, estas coberturas (e os personagens que introduzem) se inserem no que Hall (1997) e Woodward (2000) chamam de sistemas de representação, que propõem sentidos a partir dos quais os indivíduos podem posicionar-se. No interior destes sistemas de representação, identidades sociais foram construídas (“manifestantes pacíficos” e “vândalos”), desencadeando um processo de identificação que passou a posicionar os discursos subsequentes, tanto das coberturas jornalísticas que se seguiram quanto dos próprios manifestantes.

Criando e alimentando esta relação maniqueísta, os meios legitimaram sua cobertura inicial francamente desfavorável aos movimentos. É como se afirmassem que desde o começo das manifestações só foram de fato contrários aos “excessos” de uma “minoría” (que, no entanto, recebeu o maior tempo nas coberturas) de, nas palavras de jornalistas e âncoras, baderneiros, marginais, vândalos — e não cidadãos.

### Referências

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA – ANDI (2007). *Mídia e Políticas públicas de comunicação*. Brasília: Andi.
- CANCLINI, N. G. (1999) *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- CHARAUDEAU, P. (2006) *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- CHAUÍ, M. (1994) *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.

- COIRO MORAES, A. L., DELLAZANNA, A. L., KROTH, M. E. (2012) Cartas de leitores e mensagens aos leitores: cidadania e consumo no espaço midiático. *Diálogos de la comunicación*, n. 85, out-dez, p. 1-17.
- FONTCUBERTA, M. (1993) *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona, Paidós.
- GUARINELLO, N. L. (2003) Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In PINSKY, J.; PINSK, C. B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto.
- HALL, S. (1997) The work of representation. In: HALL, S. (org.) *Representation. Cultural representations and signifying practices*. Sage/Open University: London/Thousand Oask/New Delhi.
- HAUSER, A. (1972). *História social da literatura e da arte*. São Paulo: Mestre Jou,
- MARTÍN-BARBERO, J. (2003) Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. de (org.) *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, , p. 57-86.
- RAMOS, R. (1998). Aqui, agora: poder e mito. *Revista FAMECOS*, nº. 9, Porto Alegre, dez., p. 111-117. Disponível em: [http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/9/Roberto\\_Ramos.pdf](http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/9/Roberto_Ramos.pdf). Acesso em 11.jul.2013.
- RODRIGUES, A. D. (1997) *Estratégias de comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROMAIS, A. 2001) (Mídia, democracia e esfera pública. In JACKS, N. *Tendências na comunicação*. Porto Alegre: L&PM.
- SOARES, M. C. (2007) *Representações e comunicação: uma relação em crise*. Líbero. Ano X, n. 20, dezembro, p. 47-56.
- WOODWARD, K. (2000) *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, T.T. da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

### Notas

<sup>1</sup> A primeira versão deste artigo foi apresentada no GP Comunicação para a Cidadania do XXXVI Congresso

Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM 2013), em setembro de 2013, na cidade de Manaus-AM, Brasil.

Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do sul (PUCRS), realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
anacoiro@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM.  
machado.alim@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM.  
tainanpauli@gmail.com

<sup>5</sup>Aufklärung significa “esclarecimento” e refere-se ao conceito de Kant sobre a saída do homem de sua menoridade, ou seja, quando transpõe a fase em que é incapaz de fazer uso do próprio entendimento sem o direcionamento de outro indivíduo (a menoridade), para atingir a etapa de autonomia, do esclarecimento (a maioridade).